

Do mérito acadêmico



Por **FLÁVIO R. KOTHE***

A universidade brasileira é recente, não soube ainda interiorizar valores acadêmicos

Quando havia cátedras no Brasil, só era possível ao jovem se tornar professor na universidade se fosse convidado por um titular. Como os catedráticos não eram em geral bem-preparados como pesquisadores, preferiam ter carregadores de pasta como assistentes. Assim, jovens mais talentosos e produtivos tendiam a ficar de fora do ensino. Depois, quando a cátedra foi extinta, o controle na admissão de novos professores passou para o grupo que dominava o departamento. Como esses grupos eram muitas vezes associações de interesses dos professores mais fracos, a tirania antiga perdurava, oligarquias regionais ocupavam postos no ensino público. Não se queria um professor que, mesmo sem querer, acabasse mostrando alternativas aos alunos.

A isso se aditou na Ditadura Militar a perversão dos atos institucionais e outras formas de perseguição a professores. Houve lógica nas cassações e demissões: o critério não era simplesmente o professor ter ou não lecionado algo como marxismo ou existencialismo. Perseguidos eram os pensadores mais brilhantes, capazes de abrir caminhos em sua área de conhecimento, desconstruir a ideologia dominante, liderar grupos de pesquisas. Foi reforçada uma lógica perversa: era aliado quem mais deveria ser buscado; menosprezado quem mais merecia consideração; vetado quem deveria ser votado. O lado reverso disso foi promover quem fosse “de confiança” do grupo dominante.

A ditadura perseguiu os melhores porque eram melhores, mas isso foi péssimo para o país e para a universidade. Muitos caminhos foram destruídos. Produzir se tornou um modo de resistir, mas muito deixou de ser produzido. A UFRGS, por exemplo, foi muito atingida pelos atos institucionais, tendo sofrido em 1969 a perda de dezenas dos seus mais brilhantes professores: exatamente ela decidiu, sem precisar, conferir depois aos ditadores Costa e Silva e Médici o título de *doutor honoris causa*. Nenhum se distinguia por dotes intelectuais.

Só com a Constituição de 1988 é que se passou a exigir bancas isentas no provimento de cargos no serviço público. A universidade brasileira é recente, não soube ainda interiorizar valores acadêmicos. Ela não concentra gênios, não conta com detentores do prêmio Nobel, não tem uma política sistemática de captação de talentos, formação de centros de excelência. Nivela pelo mínimo denominador comum. Ela tem muito ainda a caminhar no âmbito da ética acadêmica. Quando um professor produz algo melhor, há forte tendência ao despeito em vez de se ter respeito. Por isso, quando surge a oportunidade de reconhecer valores acadêmicos, é preciso apoiar e aplaudir.

Monitorar sinapses não significa que se saiba o que está sendo pensado. Uma criança estar com partes do cérebro ativas fora da tarefa proposta do professor pode significar que ela já resolveu essa tarefa ou está pensando a questão de uma perspectiva diferente da prevista. O gênio encontra uma solução simples para uma tarefa difícil, de um modo que os outros não conseguem antever. Nosso sistema de ensino é antes uma lavagem cerebral do que um estímulo ao pensar, mas já era assim quando dominado por ordens religiosas, que queriam fabricar fiéis seguidores da doutrina em vez de cidadãos autônomos e pensantes. Sem estes não haverá, no entanto, democracia.

A ditadura militar destruiu na década de 1960 as escolas que tinham projetos inovadores, capazes de desenvolver a criatividade e a autonomia racional. O sistema educacional vigente não procura dar acesso às grandes obras artísticas nem leva a refletir sobre grandes pensadores. Em vez de ler bons originais, decoram-se manuais e rótulos. Só não estamos piores porque nunca fomos bons. Na universidade, nos últimos anos, apareciam alunos que tinham tido aulas de filosofia

no segundo grau, mas em geral repetiam apenas clichês, sem que tivessem lido e debatido as obras dos grandes pensadores.

A tradição religiosa ensinava a repetir dogmas, por mais absurdos que fossem. Pregava a obediência, a submissão. A crença cristã vê no seu Deus o Senhor e, portanto, no homem o servo, o escravo submisso à prepotência. Com Agostinho, ela sublimou para o plano religioso a estrutura social da escravidão e sua mentalidade. Não ensina a refletir criticamente, tem alergia a pensar adiante. Nesse aspecto, o luteranismo foi melhor que o catolicismo, pois sua dissidência é oriunda do debate de teses propostas há mais de 500 anos. O negacionismo é, porém, inerente à postura do crente. Negar não resolve o que é negado: apenas fecha os olhos. Até o avestruz prefere olhar para correr do perigo.

O Brasil não teve iluminismo, não tem escolas que, desde pequenos, preparem os jovens para serem uma elite pensante. O país não prepara futuros governantes bem qualificados. Na ditadura, os militares e seus aliados botaram para correr os professores que podiam representar um parâmetro melhor de qualidade: não se resolve assim, no entanto, a ignorância. Usar farda ou batina não garante saber nem competência, especialmente não para resolver problemas novos. O ignorante ostenta com empáfia a sua limitação, como se ele fosse o tal. Ele é sintoma, porém, de um problema maior.

Há castas que acreditam que a verdade seja proporcional às dragonas do uniforme ou às cores da batina. O que aí se tem são hierarquias de comando. O que vem de cima pode estar errado, como pode ser falso o que é decidido por maioria. Um sozinho e marginal pode estar mais perto da verdade que os empoderados. Como garantir seu espaço?

Na universidade, é habitual que os alunos possam interromper o que o professor está dizendo e perguntar algo ou sugerir outra versão. Isso não ocorre nos púlpitos, nas ordens do dia, nas vozes de comando. Os alunos brasileiros tendem a não argumentar, não questionar. Foram treinados a decorar e repetir. Há um jogo de apoio mútuo de medianos e medíocres, que procuram parecer melhores do que são de fato. Estratégico é eliminar quem seja diferenciado. Pensar não é fácil, não parece ser para todos.

Verdade não é o que se crê. Nem o que se diz do que se crê. Na verdade, não se crê. Só se crê quando não se tem acesso ao verdadeiro. A crença é uma aposta, uma projeção do desejo que perde noção de si. O crente acha que aquilo em que crê seja verdadeiro, mas a única verdade aí é que ele crê. Quanto menos consistente o desejo, tanto mais radical se torna.

A noção cartesiana da verdade como noções claras e distintas segue o modelo do catecismo, que reduz questões complexas – como a origem do universo, a estrutura do divino, a natureza do homem – a respostas simplórias que não se sustentam. O que a uns parece claro não o é para outros. O mais transparente costuma não ser visto. O negacionista nega o evidente e quer impor sua falta de visão como verdade. O crente tem explicações simplórias, clarezas que escondem obscuridades, distinções que muitas vezes são falsas ou não percebem outras que deveriam ser feitas.

Ela também não é o que a escolástica dizia, ou seja, verdades eternas na mente divina, algo imutável, absoluto. Ninguém nunca chegou lá, nem chegaria se houvesse; se chegasse, estaria morto. Livros sagrados não são acesso a essa mente, mas produtos da escrita: criação humana, literatura. Deveriam ser estudados nas Letras, mas não são.

É preciso ser repetido: a conceituação de verdade como *“adaequatio rei et intellectus”*, de Aquino, é falsa, pois o que a coisa seja e aquilo que está na mente não são o mesmo, *ad-aequum*, não são iguais nem são uma coincidência. Nunca o que está na mente é o mesmo que as coisas são. O modelo $X = Y$ permeia o pensamento ocidental, mas iguala o desigual e busca reduzir o real ao quantitativo. Aí se iguala o que apenas é parecido, deixa-se de lado a diferença. Saber se ideias são copiadas em coisas ou se as coisas são representadas em ideias, ou seja, a opção entre idealismo e materialismo, está tudo sob o mesmo esquema. Há uma estrutura profunda que precisa ser desvelada e desvendada.

Escritores sabem que não há sinônimos, que a mesma palavra em posições diferentes do texto não é idêntica. Na ironia, o significado verbal não é idêntico ao sentido do que se diz. Portanto, não só não se tem $X = Y$, como aí também X não é $= X$.

A verdade também não é apenas uma adequação formal interna da mente, desprendida das coisas. Nesse processo, encontra-se como resultado apenas o que está contido nas premissas. Finge-se pensar, para realmente não pensar.

A verdade também não é simplesmente aquilo que se diz. Ela não se reduz ao discurso. Os autoritários querem que a verdade seja aquilo que afirmam e impõem, mas sua visão é limitada, há falácia na sinédoque, quando tomam sua parcialidade como um todo.

Hegel propôs que a verdade seria a captação do objeto em suas múltiplas determinações. Ela seria, portanto, cambiante,

pois tanto mudam os vetores captados quanto sua interpretação. Às vezes, um dado novo altera completamente o quadro da avaliação. Nunca se consegue captar, no entanto, a totalidade das determinações. A verdade se torna uma busca utópica, só acessível a um deus onisciente. Tanto muda o Natal quanto o sujeito. Não se entra duas vezes no mesmo rio, mas há muita gente que ano após ano entra do mesmo jeito num rio que muda sempre, dizia Nietzsche.

Na Universidade tem sido frequente a formação de “grupinhos”. Seus membros parecem amigos, mas são aliados: se associam num processo de elogios e apoios recíprocos, em que tratam de se fortalecer mutuamente, de maneira a garantir bolsas, empregos, publicações, aprovações. Filiam-se a um mestre porque não consegue pensar adiante, ir mais longe que ele foi. Achem que ele é o máximo, pois não percebem e não querem deixar perceber quão limitado ele era e quão errado ele muitas vezes foi.

O grupo pode até tornar-se forte, tratando de eliminar pensadores mais capazes ou ignorar eventuais concorrentes, mas essa força é ignorância, pois se baseia na fraqueza de cada um. Às vezes ocorre inclusive o roubo descarado de ideias ou sugestões alheias, sem citar a fonte. O elogio mútuo de pesquisadores sem real consistência teórica ou a proposição de noções interdisciplinares sem haver real conhecimento de cada uma das áreas envolvidas podem enganar os menos avisados, mas não se sustentam bem com o correr do tempo. Há, no entanto, uma forte tendência de se repetirem as mesmas estruturas retrógradas. Ao medo de pensar e divergir dá-se o nome de cortesia, boa educação.

Quanto mais o país amadurecer como produtor de conhecimento, tanto mais difícil vai ser manter o oportunismo. Se o país não fizer prevalecer, no entanto, a seriedade na produção intelectual, num horizonte além do oportunismo e da mediania, não há de conseguir produzir algo relevante. O que ele não fizer, outros farão. A globalização crescente se insere dentro do mundo acadêmico. Não adianta traçar fronteiras locais, regionais ou nacionais, a internet e a versão digital vão fazer com que se descubra aquilo que merece perdurar, porque nele está contido um achado que os imitadores e oportunistas não saberão alcançar, por mais que tentem destruir.

***Flávio R. Kothe** é professor titular aposentado de estética na Universidade de Brasília (UnB). Autor, entre outros livros, de Benjamin e Adorno: confrontos (Ática).